



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

## COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO CLIPPING - JORNAIS IMPRESSOS

**CONTRATOS IRREGULARES**

Correio de Sergipe • Aracaju  
quinta-feira • 01 de março de 2018

# Indenizar-SE: TJ/SE julga processos contra advogados

O pleno do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe se reuniu na manhã de ontem, 28, para julgar alguns dos processos ligados a Operação Indenizar-SE. Entre os procedimentos abordados, está o do advogado Alcivan Menezes e dos filhos dele: Alcivan Menezes Filho e Pedro Ivo Carvalho, além do deputado estadual Robson Viana que foram denunciados pelo Ministério Público Estadual por suposto envolvimento em esquema que teriam sido orquestrados por ex-vereadores de Aracaju para supostamente se apoderar ilícitamente de recursos da Câmara Municipal de Vereadores.

Durante o julgamento, os réus não tiveram deferido o pedido de absolvição sumária, formulado pelos advogados Saulo Henrique Caldas e Valter Neto. Primeiro a desembargadora Iolanda Guimarães deu pare-

cer negativo ao pedido e sequencialmente os demais desembargadores acompanharam o voto da relatora.

A defesa deverá recorrer da decisão. Na ocasião, ainda foi analisado se há requisitos para o desenvolvimento válido e regular do processo, sendo que os desembargadores decidiram pela instrução, contrariando mais uma vez a argumentação sustentada pela defesa.

Os advogados ainda apelaram para a importância de unir as duas ações judiciais, justificando que os clientes estão sendo julgados em processos diferentes, mas que tratam do mesmo assunto, vislumbrando assim uma unificação. No entanto, o procurador geral do Ministério Público Estadual, Rony Almeida, afirmou haver distinção entre os contratos firmados pelos ex-vereadores denunciados com o escritório



**DURANTE O JULGAMENTO, OS RÉUS NÃO TIVERAM DEFERIDO O PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA**

de advocacia dos Menezes.

Na denúncia, os réus estão sendo acusados de formação de quadrilha, esquema que teria propiciado a prática de crime de peculato e falsidade ideológica na Câmara de Vereadores de Aracaju. Como as teses dos advogados acabaram indeferidas de forma unânime pelos desembargadores, os processos seguirão em tramitação.

### • Indenizar-SE

A Operação Indenizar-SE foi desencadeada no ano de 2016, sendo articulada por policiais

civis do Departamento de Combate ao Crime Contra a Ordem Tributária e Administração Pública (Deotap) para apurar supostos desvios de verbas que teriam ocorrido na Câmara de Vereadores de Aracaju. O inquérito, encabeçado pela delegada Danielle Garcia, indicou o pagamento indenizatório em contratos fictícios de locação de veículos e de assessoria jurídica. A suspeita é de que o esquema tenha gerado um prejuízo em torno de R\$ 7 milhões, somente em 2013.

Durante entrevista, a delegada-geral da Polícia Civil, Katarina Feitoza, ressaltou que as investigações no Deotap, agora coordenado pela delegada Thaís Lemos, em desdobramentos da Operação Indenizar-SE, continuam e outras pessoas deverão ser indicadas.